



Aponte a câmera para o QR Code e assista à entrevista com Lilian Cintra de Melo, secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça

Editor: Carlos Alexandre de Souza  
carlosalexandre.dj@dfabr.com.br  
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



## PERIGO NA INTERNET

# Uma epidemia de abuso cibernetico

Polícia Federal recebe, diariamente, cerca de 1,5 mil denúncias de crimes cometidos contra crianças e adolescentes por meio da internet. Primeira-dama Janja cobra regulamentação das redes

» VANILSON OLIVEIRA

**A** Polícia Federal recebe, em média, 1.500 denúncias por dia de conteúdo abusivo contra crianças. Isso é só a ponta do iceberg." A constatação da secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Lilian Cintra de Melo, evidencia a gravidade de crimes silenciosos que têm escolhido como alvo crianças e adolescentes. Elas são vítimas de ataques sistemáticos, alimentados por redes extremistas que se organizam em plataformas pouco monitoradas, de difícil rastreamento e com alto poder de disseminação.

O Brasil ainda não dispõe de um canal nacional único para denúncias contra esse tipo de crime. Mas o Ministério da Justiça já encaminhou à Casa Civil um projeto de lei nesse sentido.

"A gente está trabalhando com prioridade absoluta, como manda a Constituição. Há desafios, porque precisamos criar um espaço de articulação com todas as autoridades estaduais. Isso demanda um fôlego, mas esperamos poder cumprí-lo e entregá-lo ao presidente Lula até o final do ano", disse ao **Correio**.

Enquanto o Estado se mobiliza, redes criminosas estruturadas atuam no ambiente digital com alto grau de sofisticação. Na avaliação de Michelle Prado, pesquisadora especializada em radicalização e fundadora da ONG Stop Hate Brasil, a situação é alarmante. "A gente está vivendo uma epidemia de radicalização on-line de crianças e adolescentes", diz.

Segundo ela, entre 2001 e 2024 foram registrados 61 atentados em escolas brasileiras, sendo 43 apenas nos últimos dois anos. "Foram centenas de apreensões que ocorreram desde 2023 para cá, principalmente de adolescentes, mas também há crianças abaixo dos 12 anos envolvidas nessa radicalização online", afirmou.

Segundo a pesquisadora, o alienamento começa em redes abertas como TikTok, Instagram e X. Em seguida os adolescentes são

Keity Naiany



Lilian de Melo: provedores de internet precisam exercer monitoramento mais ativo nas redes sociais

levados para plataformas fechadas e criptografadas, como Discord, Telegram, Clover Space (antigo Project Z), SimpleX e Zangi.

"Hoje, esse recrutamento acontece muito mais pelo TikTok e pelos stories do Instagram. O Clover Space, por exemplo, é a nova versão do Project Z, que conseguimos tirar da Play Store no passado. Em janeiro, eles voltaram com outro nome e voltaram a ser hospedados pelo Google", denunciou Michelle Prado.

As práticas promovidas nesses espaços vão desde estimulo à automutilação e ingestão de produtos tóxicos até incitação à violência, crimes sexuais e abuso de menores. A especialista descreve o modus operandi dos criminosos. "Eles criaram o que chamam agora de palco, onde ficam um, dois, três, quatro, às vezes cinco pessoas que são administradores ou donos do servidor", detalha.

Em seguida, vem o crime. "Entre uma outra pessoa que vai ser, no caso, a vítima. E aí esses outros indivíduos começam a sugerir, incitar que a vítima faça determinadas coisas, que vão desde beber água sanitária, ou se cortar, ou mesmo a incitação do abuso sexual infantil", alerta.

Michelle destaca que essas

rede são pulverizadas, operam em tempo real e com alta velocidade de replicação. Ela também alerta para o surgimento de novas plataformas como SimpleX, descrita como "quase irrastreável" e com volume crescente de crimes envolvendo pornografia infantil.

"Lá tem acontecido muito crime, principalmente relacionado ao abuso sexual infantil", alerta.

### Desafios

Para a coordenadora acadêmica da pós-graduação em Direito Digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade, da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (ITS/UERJ), Chiara de Teffé, as plataformas digitais enfrentam o desafio de equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de coibir conteúdos ilícitos. "No cenário atual, mostra-se relevante que essas plataformas adotem políticas mais rigorosas de monitoramento e colaboração com as autoridades para prevenir a disseminação de conteúdos prejudiciais", pontua.

Ela disse ainda que a prevenção de danos a crianças e adolescentes passa também pela educação digital, capacitando-os a reconhecer e evitar situações de risco on-line. "Famílias, escolas e instituições devem trabalhar conjuntamente para promover um ambiente digital seguro, enfatizando a importância do diálogo aberto sobre os perigos e potencialidades da internet", opina.

Chiara disse que é preciso uma atuação conjunta de órgãos nacionais e internacionais para enfrentar crimes cibernéticos que transcendem fronteiras. Além disso, é necessário atualizar a legislação para acompanhar as novas modalidades de crimes digitais, garantindo mecanismos eficazes de investigação e punição.

## SAÚDE

# Canetas para emagrecer, só com receita, decide Anvisa

» DANANDRA ROCHA

favorável do diretor-presidente substituto da agência, Rômison Rodrigues Mota.

Segundo o sistema VigiMed, da Anvisa, 32% das notificações de eventos adversos registrados no Brasil envolvendo substâncias da classe GLP-1 (relativa a essa linha de medicamentos) se referem a usos que não estão previstos em bula. Essa taxa muito superior à média internacional, que é de 10%. Entre as reações mais graves, está a pancreatite, que apresentou índice de 5,9% nos relatos brasileiros, também acima da média mundial, de 2,4%.

Por determinação da Anvisa, será obrigatória a retenção da receita médica no ato da compra. A regra começa a valer 60 dias após ser publicada no *Diário Oficial da União* (DOU).

A decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa altera a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 471/2021 e a Instrução Normativa (IN) nº 244/2023. A análise da proposta havia sido interrompida por um pedido de vista, mas foi retomada com parecer



Ozempic, um dos medicamentos que entraram na mira da Anvisa

mais: 56% dos usuários buscam os remédios com o único objetivo de perder peso, mesmo que 37% deles tenham índice de massa corporal (IMC) considerado normal.

Segundo a advogada Thamires Cappello, pesquisadora do Núcleo de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo (USP), o uso desses medicamentos fora das orientações médicas — conhecido como off-label — exige cautela e responsabilidade. "Essa

prática pode ser indicada por um médico, desde que ele entenda que há necessidade clínica, assumindo a responsabilidade e esclarecendo todos os riscos envolvidos [...] o uso com fins estéticos, sem essa indicação clínica, levanta questionamentos éticos importantes e exige muita responsabilidade médica", afirmou.

O novo regulamento busca frear o que se convencionou chamar, nas redes sociais, de "milagre em forma de caneta". Em

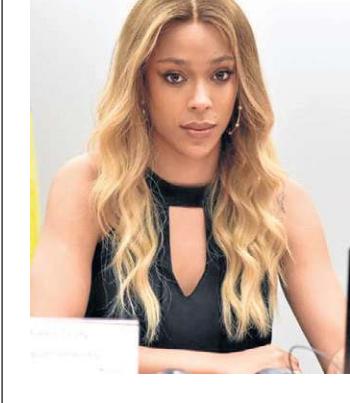
razão da alta procura, a própria escassez nas prateleiras virou tema recorrente nas redes e nos consultórios médicos.

A retenção da receita, segundo Thamires Cappello, é um passo importante, mas não suficiente. "É fundamental pensar também em uma fiscalização mais efetiva nas farmácias e pontos de venda — o que se aplica a todos os medicamentos de tarja vermelha", alerta. "Além disso, é essencial haver um controle sobre a mídia, especialmente as redes sociais, onde vemos uma disseminação crescente e irregular do uso desses medicamentos", acrescenta.

Ela também chama atenção para as normas em vigor que proíbem a publicidade de medicamentos sob prescrição, o que inclui a atuação de influenciadores e até mesmo médicos. "Apesar disso, vemos uma ampla promoção desses produtos nas redes sociais, o que exige um controle mais rigoroso por parte dessas plataformas", critica a especialista. "É essencial conter a desinformação e proteger a saúde da população", conclui.

## GÊNERO

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Erika Hilton: "Pressão estatal que recai sobre o indivíduo"

## Identificação em visto dos EUA revolta deputadas

Duas parlamentares brasileiras — Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) — denunciaram ontem terem sido vítimas de transfobia institucional por parte do governo dos Estados Unidos, após constatarem que tiveram o visto norte-americano emitido com o registro de gênero masculino. A identificação está em desacordo com os documentos oficiais brasileiros, que reconhecem as deputadas federais como mulheres.

Erika Hilton integra uma missão oficial da Câmara dos Deputados e estava prevista para palestrar no próximo dia 12 na Brazil Conference at Harvard & MIT 2025, em Boston, no estado de Massachusetts. No entanto, diante do ocorrido, decidiu cancelar sua participação. Para ela, trata-se de uma violência institucional que atravessa fronteiras.

"Entendo como uma pressão política e estatal que recai diretamente na própria existência individual de cada uma dessas pessoas. É uma forma do governo Trump dizer: aqui, neste país, seus direitos não contam, e a sua vida vale menos do que a de outras pessoas", comentou Hilton ao **Correio**.

A deputada relatou que o visto americano foi emitido com a marcação de "sexo masculino", contrariando sua certidão de nascimento retificada e seu passaporte brasileiro, ambos com a indicação de gênero feminino. Erika Hilton enviou ofício ao Ministério das Relações Exteriores solicitando uma reunião com o ministro Mauro Vieira. "Pretendo também acionar o Conselho Interamericano de Direitos Humanos, a Mesa Diretora da Câmara, assim como a Comissão de Relações Exteriores", afirmou.

A parlamentar também disse que articula uma ação jurídica internacional contra a política de recusa ao reconhecimento da identidade de pessoas trans nos documentos oficiais norte-americanos — uma política que remonta a determinações da gestão do presidente Donald Trump.

A deputada Duda Salabert (PDT-MG) também relatou problema semelhante ao tentar obter um novo visto para participar de um curso na Universidade de Harvard. Mesmo com todos os seus documentos brasileiros reconhecendo seu gênero como feminino, o governo norte-americano emitiu o visto com a designação masculina. Duda também pretende entrar com ação judicial contra os EUA, e classificou o caso como uma ameaça à diplomacia entre os dois países.

Em nota, a Embaixada dos Estados Unidos informou que os dados de vistos são confidenciais, mas confirmou que o governo americano reconhece apenas os sexos masculino e feminino no processo de emissão, ignorando outras identidades de gênero previstas em diferentes países. (DR)